



Valdecir Gregory*
Anselmo de Oliveira Rodrigues**

RESUMO

O propósito deste artigo é despertar o leitor para a necessidade de se elaborar uma grande estratégia para o Brasil que reflita o ideário da nação, seus objetivos e interesses. Para orientar essa grande estratégia, propõe-se que é fundamental realizar uma adequada avaliação do cenário. Para isso, numa primeira parte, é desenvolvido um modelo de análise geopolítica que contempla o sistema internacional em sua totalidade. Apoiando-se nesse modelo, realiza-se uma análise prospectiva que permite definir o papel que o Brasil poderá desempenhar no concerto das nações. Em seguida, revisa-se a evolução do pensamento estratégico com o intuito de melhor compreender o conceito de grande estratégia. Baseado no que foi descrito, este artigo realiza proposições para a elaboração de uma Grande Estratégia para o Brasil.

Palavras-chave: Brasil. Grande Estratégia. Geopolítica.

BRAZIL: A GREAT STRATEGY FOR THE 21ST CENTURY

ABSTRACT

The purpose of this article is to awaken the reader's to the need to elaborate a great strategy for Brazil, which reflects the nation's ideals, its objectives and interests. To guide this great strategy, it is proposed that is fundamental the proper assessment of the scenario. For this, in the first part, a geopolitical analysis model is developed, contemplating the whole international system. Based on this model, a prospective analysis is carried out to define the role that Brazil can play in the concert of nations. Next, the evolution of strategic thinking is revised in order to better understand the concept of a great strategy. Based on what has been described, this article proposes to design a Great Strategy for Brazil.

Keywords: Brazil. Great Strategy. Geopolitics.

* Mestre em Segurança e Defesa, pela Universidade Antônio de Nebrija, em Madrid. Instrutor na Escola Superior das Forças Armadas do Reino da Espanha. Analista do Núcleo de Estudos Estratégicos de Defesa e Segurança - UFSCAR (NEEDS/UFSCAR). Contato: gregory.valdecir@eb.mil.br

** Doutor em Ciências Militares. Instrutor do Instituto Meira Mattos. Coordenador da Linha de Defesa do Núcleo de Estudos Estratégicos de Defesa e Segurança - UFSCAR (NEEDS/UFSCAR). Contato: anselmo.rodriques@eb.mil.br



BRASIL: UNA GRAN ESTRATEGIA PARA EL SIGLO XXI

RESUMEN

El propósito de este artículo es despertar el lector para la necesidad de elaborarse una gran estrategia para Brasil, que refleje el ideario de la nación, sus objetivos e intereses. Para guiar esta gran estrategia, se propone que es fundamental realizar una adecuada evaluación del escenario. Para ello, en una primera parte, se desarrolla un modelo de análisis geopolítico que abarca el sistema internacional en su totalidad. Apoyándose en ese modelo, se realiza un análisis prospectivo que permite definir el rol que Brasil podrá desempeñar en el concierto de las naciones. A continuación, se revisa la evolución del pensamiento estratégico con el fin de comprender mejor el concepto de gran estrategia. Basado en lo que se describió, este artículo hace propuestas para la elaboración de una Gran Estrategia para Brasil.

Palabras clave: Brasil. Gran Estrategia. Geopolítica.

1 INTRODUÇÃO

Somos um grande país, que não consegue vislumbrar um projeto para o seu futuro, nem, tampouco, identificar qual o papel a exercer no concerto das nações.

(Villas Boas, 2018)

A frase anterior, expressa na Ordem do Dia do Comandante do Exército Brasileiro, no ensejo das comemorações do dia do Soldado em 2018, revela uma preocupação que aflige, não só o antigo comandante da Força Terrestre (05 fev. 2015 - 11 jan. 2019), mas grande parte dos brasileiros, que não logram identificar claramente os rumos do Brasil.

Um projeto de país, como apresentado nesse fragmento, remete à necessidade de se estabelecer uma clara Política de Estado para o Brasil, que reflita o ideário da nação, seus objetivos e interesses e que, acima de tudo, identifique seu papel no concerto das nações. Tal necessidade urge nos dias atuais e demanda criterioso estudo, por parte dos agentes responsáveis pelos diferentes campos do poder nacional, para o estabelecimento de uma grande estratégia que responda aos anseios dessa Política.

Para orientar essa grande estratégia, é fundamental que se realize uma adequada avaliação de cenário. A disciplina consagrada, desde fins do século XIX, para realizar tal avaliação é a Geopolítica. Diante de vasta bibliografia, em que se incluem conceituados estudiosos nacionais, como Carlos de Meira Matos, Mario Travassos, Golbery do Couto e Silva e Therezinha de Castro, e com inúmeras correntes geopolíticas contemporâneas existentes, o presente artigo optará por privilegiar nova abordagem geopolítica, derivada, em grande medida, da análise

de sistema-mundo do cientista político americano Immanuel Wallerstein. Entende-se que essa ferramenta geopolítica permitirá a realização de uma avaliação da conjuntura atual, bem como a construção de uma visão prospectiva do cenário internacional e a inserção do Brasil nele. Por fim, com base nesse ambiente futuro, este artigo buscará elaborar uma matriz do que poderia vir a ser uma Grande Estratégia Nacional, sintonizada com os anseios da nação brasileira.

2 GEOPOLÍTICA

Para elaborar uma grande estratégia, deve-se antes compreender os limites dos objetivos a serem estabelecidos por um Estado. Dessa forma, torna-se vital basear tais objetivos em um estudo geopolítico que contemple a totalidade do sistema internacional, a fim de fixar corretamente o papel que o Estado brasileiro será capaz de desempenhar. Para isso, será utilizada uma metodologia geopolítica singular, confeccionada a partir da observação de variáveis extraídas do modelo de sistema-mundo de análise, proposto por Wallerstein. Para compreender essas variáveis, é imprescindível discorrer sobre o sistema-mundo.

2.1 O Sistema Mundo

Após a Segunda Guerra Mundial, muitos estudiosos passaram a questionar a incapacidade da base teórica, até então utilizada, em prever o desencadeamento dos fatos ocorridos na primeira metade do século XX. Argumentavam que a história, as ciências políticas, as ciências econômicas e as ciências sociais estavam muito isoladas e demasiado centradas nos Estados-Nação, perspectiva que não permitia englobar a totalidade do espaço geográfico existente no planeta. Com vistas a preencher essas lacunas, alguns cientistas políticos passaram a desenvolver, a partir da década de 1970, a concepção de sistema-mundo.

Nesse sentido, Wallerstein esclarece-nos que o principal objetivo dos teóricos do sistema-mundo é conseguir explicar o mundo apoiados numa visão mais holística e unidisciplinar:

Os sistemas-mundo de análise significaram, em primeiro lugar, a substituição por uma unidade de análise chamada “sistema-mundo” em vez da unidade de análise padrão, que tinha sido o Estado nacional. No seu conjunto, os historiadores analisavam histórias nacionais, os economistas as economias nacionais, os cientistas políticos, as políticas nacionais e os sociólogos, as sociedades nacionais. Os analistas do “sistema-mundo” levantaram uma visão céptica, questionando se estes objetos de estudo existiam realmente e se, em qualquer caso, eram as formas mais úteis de análise. Em vez dos Estados

nacionais como objetos de estudo, eles foram substituídos por sistemas históricos que, argumentavam, possuíam apenas três variantes: 1. Minissistemas; e 2. “sistema-mundo” de dois tipos (economias-mundo e impérios-mundo). (WALLERSTEIN, 2005, p. 17, grifo do autor).

Wallerstein enfatiza, ainda, que “o sistema-mundo não é o sistema do mundo, mas um sistema que é um mundo” (WALLERSTEIN, 2005, p. 72), podendo limitar-se a uma parte do globo. Ademais, acrescenta que um império-mundo, como era o Império Romano ou a China Han, se caracterizava por uma enorme estrutura burocrática, com um centro político, um eixo de divisão do trabalho e múltiplas culturas. Em Roma, por exemplo, a hegemonia era exercida por essa estrutura político-burocrática, sustentada por uma grande riqueza e apoiada por uma poderosa força militar. A riqueza do Império Romano advinha, em boa parte, do espólio dos bens e das terras dos povos conquistados. Assim, à medida que o Império se expandia, gerava um acúmulo de capital que, por sua vez, financiava o seu poder militar, levando a um ciclo virtuoso de expansão e acumulação de riquezas. O fim desse processo de expansão, em meados do século III d.C., aliado à dificuldade em administrar e proteger o grande território, foram fatores que contribuíram para o declínio do Império.

Já o atual sistema-mundo começou no século XVI, com o surgimento do capitalismo mercantilista. O capitalismo é a principal característica que distingue o atual sistema-mundo do império-mundo romano. Enquanto boa parte da riqueza do Império Romano advinha do espólio de guerras expansionistas, o acúmulo de capital no novo sistema-mundo capitalista mercantilista era resultado, principalmente, do monopólio do comércio entre as colônias e suas metrópoles.

Neste nascente sistema-mundo, os também nascentes Estados-Nação, capitaneados por Portugal e Espanha, tornaram-se os principais atores e passaram a exercer o controle do comércio com as colônias por meio das burguesias, fato que gerou um ciclo de acumulação de capital e expansão do poder econômico e militar, sobretudo o naval. Convém ressaltar, ainda, o papel que as grandes navegações exerceram nesse período, expandindo os limites do sistema-mundo para outras partes do globo.

Com o advento da revolução industrial na Inglaterra, durante a segunda metade do século XVIII, produziu-se uma mudança significativa no sistema. O emprego de novos meios de produção impulsionou o comércio de manufaturados. Além disso, a maior produtividade desses meios ampliou a lucratividade, possibilitando uma grande concentração de capital. Assim, a Inglaterra ascendeu como a nova potência econômica e militar, apoiada no grande poderio de sua frota, permanecendo nessa posição até a Primeira Guerra Mundial (GM), quando foi superada pelos Estados Unidos da América (EUA).

Diante do exposto, percebe-se que, durante os últimos cinco séculos, a evolução do atual sistema-mundo guardou íntima relação com o capitalismo, razão pela qual é conhecido como economia-mundo capitalista. Mas afinal, quais foram as variáveis pertencentes a esse sistema-mundo? Do que ele é composto? Para responder essas perguntas repousa a proposta das subseções seguintes, as quais irão permitir o entendimento claro e crível acerca desse singular sistema.

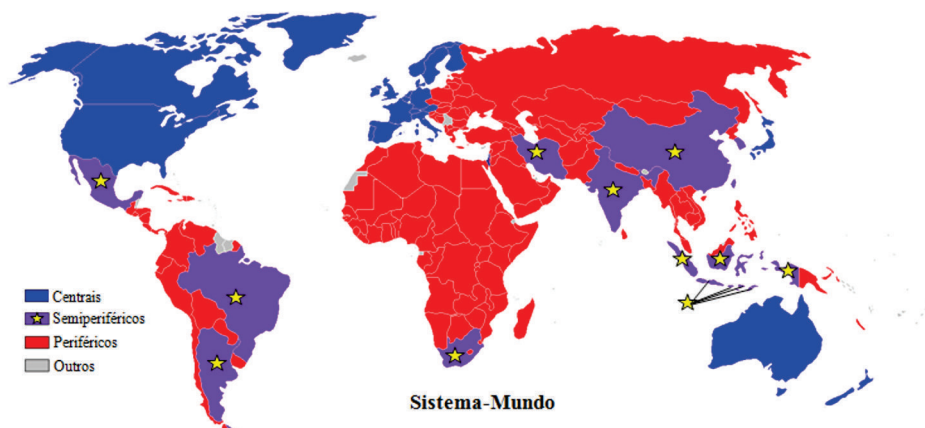
2.2 Processos de Produção e Comércio Exterior

As duas primeiras variáveis da economia-mundo a serem estudadas são: os processos de produção e o comércio exterior. Tendo em vista que esses dois elementos estabelecem uma relação de mútua dependência, eles serão analisados em conjunto. Tomando como base que o acúmulo de capital é o principal motor da economia-mundo, constata-se que, ao longo dos séculos, grande parte desse capital foi investido em pesquisa e desenvolvimento tecnológico, vindo a gerar um ciclo constante de melhoria na eficiência dos meios de produção e na criação de novos produtos de ponta. Esse ciclo contínuo de inovação levou ao surgimento de uma classificação desses processos, denominados pelos teóricos da economia-mundo como processos de produção centrais e processos de produção periféricos, que, por sua vez, geravam produtos centrais e periféricos, respectivamente.

Em geral, os produtos centrais costumam estar patenteados, gerando um quase monopólio. Isso possibilita recuperar o capital investido em sua concepção e desenvolvimento, além de gerar um grande acúmulo de capital por conta de sua mais-valia. Enquanto isso, os produtos periféricos tendem a competir mais pelo mercado e, portanto, têm menor valor excedente, com baixas margens de lucratividade. Ressalta-se que, embora esses processos produtivos sejam conduzidos pelo setor privado, sua localização geográfica os vincula aos Estados, como bem enfatizou Wallerstein:

Posto que os quase monopólios dependem da proteção de Estados fortes, eles estão localizados, em sua maior parte (jurídica, física e em termos de propriedade) dentro desses Estados. Por conta disso, há uma consequência geográfica nas relações centro-periferia. Os processos centrais tendem a ser agrupados em alguns poucos Estados e a constituir a maior parte da atividade produtiva nos mesmos. Já os processos periféricos tendem a espalhar-se por um grande número de países e são a maior parte da atividade produtiva nestes Estados. Assim, para simplificar, podemos falar em Estados centrais e Estados periféricos, desde que nos lembremos de que estamos falando sobre uma relação entre processos produtivos. Alguns outros Estados possuem uma mistura quase equilibrada de produtos centrais e periféricos. A estes, chamamos de Estados Semiperiféricos. (WALLERSTEIN, 2005, p. 25).

Figura 1 - Estados centrais, periféricos e semiperiféricos



Fonte: Elaboração própria, com base em WALLERSTEIN, 2005.

Wallerstein pontua outra questão que, com o tempo, os produtos centrais acabam perdendo o seu status de quase monopólio e transformam-se em produtos periféricos. Essa mudança normalmente é motivada pela queda da patente ou pela concorrência a que estão sujeitos:

Se por volta de 1800, a produção têxtil era, muito provavelmente, o processo de produção central proeminente, no ano 2000, já era claramente um dos processos de produção periféricos menos lucrativos. Em 1800, estes têxteis eram produzidos, principalmente, em poucos países (Inglaterra e outros países do Noroeste Europeu). Em 2000, os têxteis são produzidos em todas as partes do sistema-mundo, principalmente os têxteis baratos. Esses processos se repetiram com muitos outros produtos. Observem o aço, os automóveis ou mesmo os computadores. Este tipo de rotação não teve efeito sobre a estrutura do sistema. Em 2000 havia outros processos centrais (produção aeronáutica ou engenharia genética) que estavam concentrados em alguns países. Sempre houve novos processos centrais que substituíram aqueles, pois se tornaram mais competitivos e que acabaram realocados fora dos Estados em que estavam originalmente. (WALLERSTEIN, 2005, p. 26).

Dessa feita, constata-se que a realocação dos processos periféricos termina proporcionando maior amplitude geográfica ao sistema, inserindo e integrando zonas até então alijadas da economia-mundo. Nos dias atuais, nota-se que as grandes empresas de produtos periféricos possuem uma tendência em trasladar suas unidades fabris para lugares com menor custo de mão de obra, fato que ocorre com as grandes marcas de calçados, por exemplo, que possuem várias filiais no sudeste asiático.

2.3 Poder Naval

A terceira variável do sistema-mundo apresentada nesta pesquisa é o poder militar, mais precisamente a importância do poder naval. Ao revisar a história, observa-se que o acúmulo de capital gerado pelo fluxo comercial despertou a necessidade do Estado em proteger esse respectivo comércio, proteção essa proporcionada, majoritariamente, por uma poderosa frota marítima. Não raro, observa-se que a mudança na liderança econômica entre os Estados normalmente era acompanhada também por um câmbio na liderança do poder naval.

Mahan converge com tal posicionamento e destaca a relação existente entre liderança econômica e robusta frota marítima, citando o exemplo dos EUA. No entendimento dele, os norte-americanos ocuparam o lugar dos britânicos como líderes globais no início do século XX e o fizeram apoiados no considerável poder naval que possuíam na ocasião (MAHAN, 1987).

Modelski dialoga com Mahan acerca dessa relação existente entre liderança econômica e poder naval e adota uma perspectiva histórica para elucidar essa questão. Para ele, a transição do poder britânico-americano não foi o único caso de sucessão na experiência do sistema mundial. Depois de pesquisar, descobriu que a Grã-Bretanha emergiu de uma competição anterior com a Holanda e, antes disso, encontravam-se as potências ibéricas de Portugal e Espanha como atores globais cruciais, todos fortemente envolvidos em guerras de escala mundial em que o poder do mar desempenhava papéis extraordinariamente importantes (MODELSKI, 1988).

O quadro a seguir procura correlacionar os aspectos pontuados por Modelski, com especial atenção às potências hegemônicas de cada grande ciclo:

Quadro 1 - Hegemonias

Grandes Ciclos	Ocorrências de Guerras	Participação de Potências Globais
I	Guerras italianas e Guerra do Oceano Índico (1494-1516)	Portugal + Espanha + Inglaterra França
II	Guerras espanholas e holandesas (1580-1608)	Holanda + Inglaterra + França: Espanha
III	Guerras de Luís XIV (1688-1713)	Grã Bretanha + Holanda: França + Espanha + Rússia
IV	Guerras Napoleônicas (1792-1815)	Grã Bretanha + Rússia: França (Holanda, Espanha)
V	1ª GM (1914-1918) e 2ª GM (1939-1945)	EUA + Grã Bretanha + França + Rússia: Alemanha (Japão)

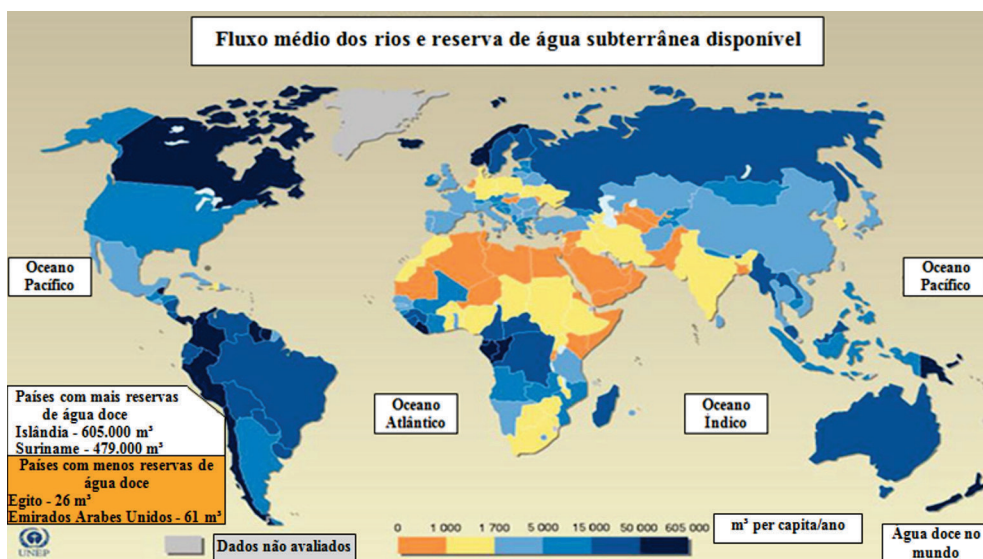
Fonte: MODELSKI, 1988.

2.4 Recursos Essenciais

Mesmo não sendo pontuado por Wallerstein, entende-se que os recursos essenciais são importantes na economia-mundo. Dessa feita, tão importante quanto o acúmulo de capital na economia-mundo, gerado pelos processos de produção e comércio, é o acesso a alguns recursos essenciais. Isso se deve ao fato de que a disponibilidade de tais recursos afeta diretamente, não só a sustentabilidade dos processos de produção da economia-mundo, como a própria sobrevivência da população que a compõe.

Assim, este artigo considera que os recursos essenciais se constituem na quarta variável do sistema-mundo. Essa variável está composta pelos seguintes elementos: 1) água; 2) alimentos (terras agricultáveis); e 3) recursos energéticos e minerais. Compreende-se que a água e as terras agricultáveis são os principais recursos essenciais, pois garantem a sobrevivência do ser humano. Com base nessas considerações, a figura 2 apresenta a água sob uma perspectiva de sua disponibilidade no planeta:

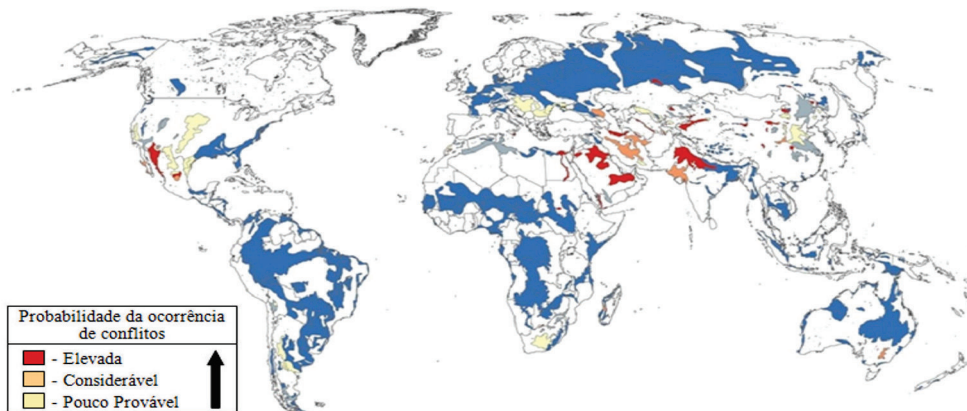
Figura 2 - Disponibilidade de água doce



Fonte: Elaboração própria; com base em REKACEWICZ, 2008.

Dando sequência na análise da água como recurso essencial, esse estudo dispõe sobre a distribuição espacial dos aquíferos no planeta, destacando os pontos de fricção existentes, com as respectivas probabilidades de geração de conflitos.

Figura 3 - Aquíferos existentes no globo terrestre

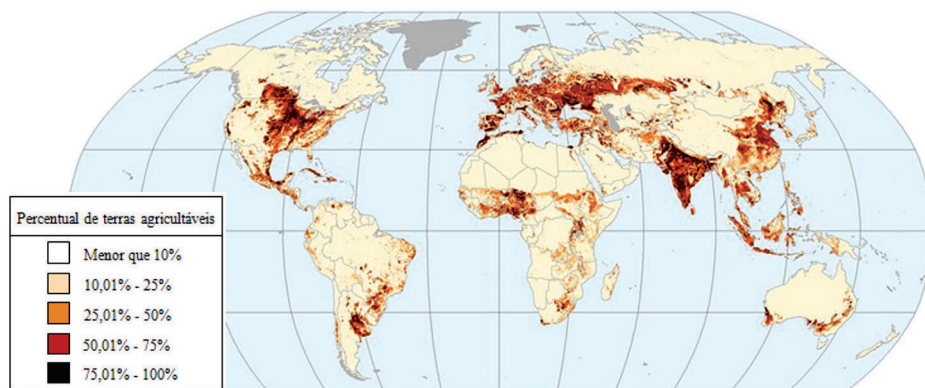


Fonte: GLEESON *et al*, 2012.

Diante do exposto, nota-se que a água doce não está distribuída uniformemente no globo terrestre. Enquanto alguns Estados possuem esse recurso em abundância, outros apresentam escassez:

Quanto às terras agricultáveis, constata-se que também não estão distribuídas regularmente no planeta, proporcionando um desequilíbrio em favor daqueles Estados que as possuem em abundância.

Figura 4 - Terras Agricultáveis no Mundo

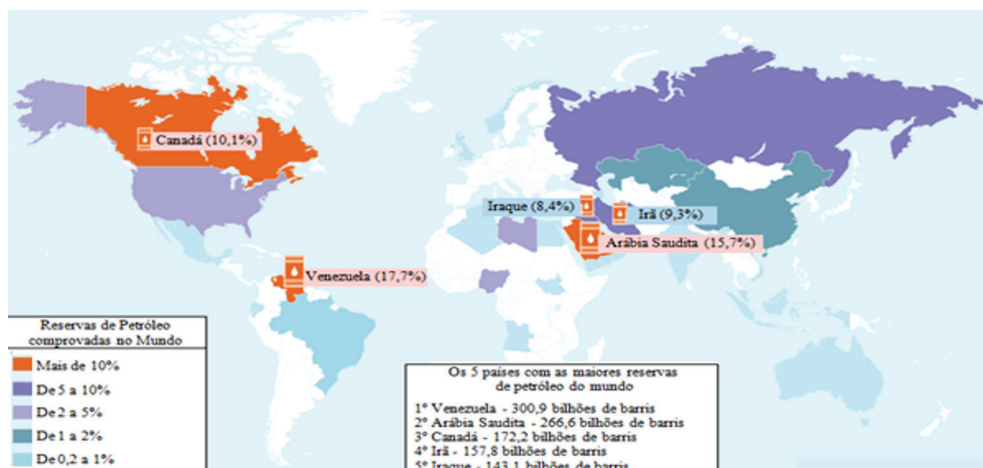


Fonte: RAMANKUTTY *et al*, 2008.

Também considerados como essenciais, os recursos energéticos e minerais não são tão prioritários como a água e as terras agricultáveis, mas possuem grande importância para a economia-mundo: os primeiros destacam-se como fonte vital para os meios de produção (indústria, agricultura etc.) e como mantenedores do estilo de vida moderno (iluminação, aquecimento, transporte etc.); já os últimos garantem a matéria-prima indispensável para os processos produtivos.

Responsável por cerca de 80% do consumo mundial de energia nos últimos 40 anos, o petróleo é o protagonista desse grupo. Não à toa, constata-se que vários conflitos na história foram motivados pelo controle e/ou acesso ao petróleo. Com grande peso geopolítico, a figura nº 5 dispõe sobre a localização das maiores reservas de petróleo comprovadas até 2015.

Figura 5 - Maiores reservas de Petróleo no mundo

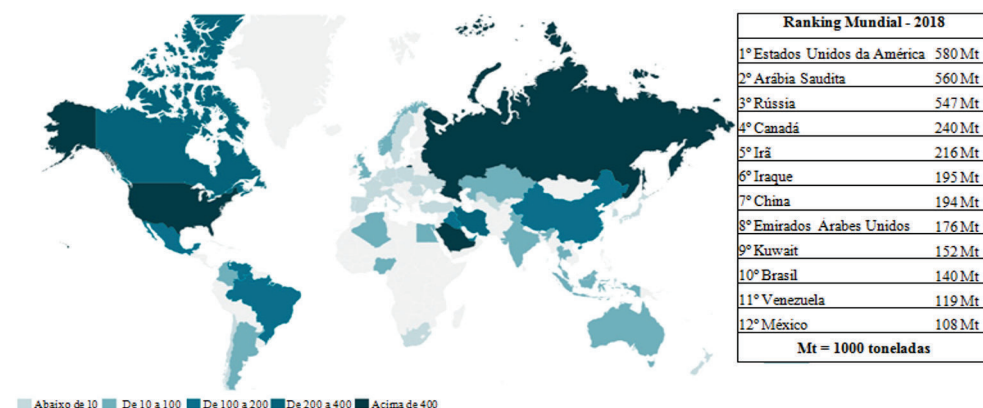


Fonte: Elaboração própria; com base em dados da CONNAISSANCE DES ENERGIES, 2016.

No entanto, a existência de grandes reservas de petróleo nos limites territoriais dos Estados não é garantia de robustas produções petrolíferas a eles. Procurando verificar essa questão, a figura nº 6 apresenta os maiores produtores de petróleo do globo.

Figura 6 - Distribuição espacial das maiores produções de Petróleo no globo terrestre

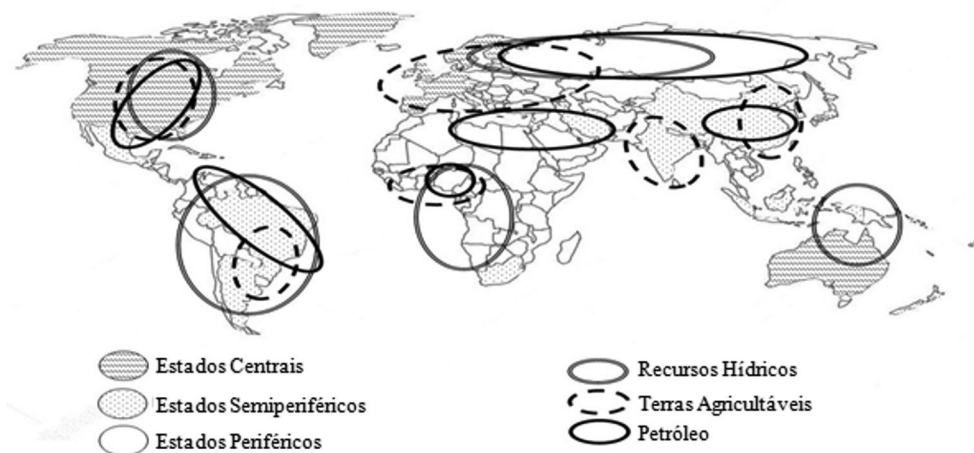
Maiores produtores mundiais de petróleo em 2018



Fonte: Elaboração própria; com base em dados da GLOBAL ENERGY STATISTICAL YEARBOOK, 2018.

Diante do exposto, observa-se que de forma contrária ao que acontece com os processos de produção, que estão num contínuo processo de realocação — redistribuindo o capital ao redor do mundo — os recursos essenciais não mudam de lugar. Em outras palavras, enquanto os processos produtivos buscam realocar-se em Estados estáveis, com baixos custos de produção (caso dos processos periféricos) e que ofereçam proteção (caso dos processos centrais), os recursos essenciais são imutáveis. Assim, a sua distribuição geográfica no planeta acaba por fornecer diferentes quantidades de recursos para cada um dos Estados, agregando valor geopolítico a eles. A figura nº 7 apresenta essa equação geopolítica.

Figura 7 - Recursos Essenciais X Processos de Produção



Fonte: Elaboração própria, 2019.

2.5 Cultura

A quinta e última variável do sistema-mundo disposta neste artigo é a cultura. Para avaliar o seu impacto, é importante analisá-la no mesmo período que engloba a atual economia-mundo (séculos XVI-XXI).

Nos séculos XVI e XVII, o continente europeu passava por um momento singular em sua história, com o surgimento dos Estados nacionais em seus limites e do conceito de soberania estatal em seus domínios. Tal modelo foi consagrado pela Paz de Vestfália¹ e segue vigente até os dias atuais. Entretanto, o período precedente foi caracterizado por um continente muito fragmentado, com disputas territoriais constantes, cujo poder e prestígio militar eram sinônimos de sucesso, e

1 Paz de Vestfália: englobou uma série de tratados que encerraram a Guerra dos 30 anos, ao mesmo tempo em que estabeleceu os marcos de um sistema internacional regido pelos conceitos de Estados-Nação e de soberania nacional (CARNEIRO, 2006).

aqueles atores melhor sucedidos serviam como modelo a ser imitado pelos demais, como ressaltou Agnew:

Na Europa politicamente fragmentada em que se desenvolveu o moderno sistema de Estados territoriais, o prestígio militar constituía a principal medida de sucesso dos competidores. Os Estados formavam um sistema análogo ao dos grupos sociais. Cada um tratava de imitar os Estados mais modernos e mais prestigiados que estavam acima deles na hierarquia. Desta forma, cada Estado procurava ascender competindo com outros Estados. (AGNEW, 2005, p. 80).

Esse traço cultural, de valorizar a competição entre - nós e eles - iguais e diferentes - próximos e distantes -, trasladou-se para o novo sistema-mundo que nascia, cristalizando a ideia de que o sucesso estatal estaria diretamente identificado com uma síntese de poder econômico e militar.

Outro aspecto cultural herdado pelo sistema-mundo foi justamente essa tendência de imitação do ator mais bem-sucedido, fazendo com que suas características culturais se disseminassem em outras regiões.

2.6 O modelo das Cinco Medidas

Durante o transcorrer da história, observa-se que as cinco variáveis descritas anteriormente flutuaram constantemente no decorrer do tempo, fato que alterava o posicionamento dos Estados. De maneira geral, os países que conseguiram alcançar a liderança na competição interestatal foram aqueles que melhor conduziram as seguintes medidas: 1) mantiveram em seu território um complexo produtivo composto majoritariamente por meios de produção centrais; 2) mantiveram o acesso a exploração dos recursos essenciais e o controle sobre eles; 3) estabeleceram um fluxo de comércio internacional que permitisse que as duas primeiras medidas gerassem o acúmulo de capital; 4) protegeram militarmente as três primeiras medidas; e 5) exportaram a sua cultura, crenças e valores.

O sucesso na implementação de tais medidas levou diferentes Estados a alcançarem uma posição hegemônica dentro do sistema-mundo. Não à toa, Modelski (1988) constata que Portugal, Holanda, Reino Unido e Estados Unidos foram os Estados que já assumiram esse papel.

3 CONJUNTURA ATUAL E PROSPECÇÃO

Diante da constatação anterior, surgem os seguintes questionamentos: É possível que ainda hoje algum Estado consiga implementar plenamente as cinco medidas? E no futuro?

As respostas a tais questionamentos ajudam a identificar qual ou quais atores podem se aproximar dessa condição e, com isso, identificar possíveis hegemonias, tratando de descrever com maior precisão a conjuntura internacional, tanto a atual, quanto a futura. Na subseção seguinte, este artigo aplica a metodologia denominada de modelo geopolítico das cinco medidas, procurando compreender a evolução geopolítica mundial e, a partir da tendência identificada, dimensionar o papel que cabe ao Brasil na economia-mundo futura.

3.1 Manutenção do complexo produtivo central em seu território

Ao revisitar a história, nota-se que a partir da segunda metade do século XVIII a indústria têxtil foi um processo de produção central na Grã-Bretanha, fato que perdurou por muitas décadas. Não pelo acaso, verifica-se que os acordos comerciais assinados com outros Estados, nessa época, contribuíram para manter o quase monopólio britânico na comercialização desse produto. De forma distinta, nota-se que hoje em dia é muito difícil que os Estados consigam acordos comerciais que favoreçam demasiado a somente um dos lados. As pautas geralmente contemplam uma complementaridade dos produtos comercializados, com cada um dos lados buscando alcançar o máximo de equilíbrio na balança comercial.

No século XVIII, as corporações britânicas não sentiam necessidade de mover suas unidades para outros Estados, pois a mão de obra disponível ainda era muito barata, uma vez que a indústria britânica recebia uma grande quantidade de trabalhadores oriundos do meio rural. Atualmente, ao contrário, observa-se que as grandes corporações costumam realocar suas unidades em países distantes de suas matrizes, onde elas podem obter um menor custo de produção. Isso garante a sobrevivência das empresas na competição pelo mercado, mas acaba gerando, como efeito colateral, maior distribuição do capital entre os Estados, uma vez que parte desse capital passa a circular nessas novas áreas em forma de salários e outros investimentos, potencializando outros setores das economias locais.

Wallerstein entende que o processo de redistribuição de capital levará a um ponto em que as empresas não terão mais espaço para realocar suas unidades para reduzir custos, sendo forçadas a trabalhar com margens de lucro cada vez menores, fato que causará o colapso do capitalismo num futuro próximo (WALLERSTEIN, 2005). No entanto, ao invés do colapso, acredita-se que os fluxos de capital seguirão buscando ambientes estáveis e de baixo custo, fato que ocasionará recrudescimento competitivo entre os Estados por propiciar essas condições favoráveis. No longo prazo, visualiza-se uma redução nas margens de lucro das empresas e dos superávits dos Estados, num cenário semelhante ao das microeconomias, como a ferrenha competição que existe no comércio varejista de bens de consumo não duráveis, por exemplo.

Layne (2012), por sua vez, pontua que a redistribuição do capital tem gradualmente levado a uma perda relativa das economias centrais perante algumas

periféricas e semiperiféricas, causando a impressão de um declínio das primeiras. Tal percepção ajuda a explicar a guerra comercial travada entre os EUA e China. Para competir com os produtos chineses, que passaram a ganhar espaço no mercado internacional, alavancados pelos baixos custos de produção nacional, sobretudo mão de obra, as corporações americanas buscaram realocar suas unidades em países que oferecessem condições similares de custos. No entanto, isso trouxe alguns reflexos negativos aos EUA, como a diminuição de postos de trabalho, o que levou o governo estadunidense às recentes políticas protecionistas e de redução de impostos, visando atrair novamente o capital para o interior do território norte-americano.

Em relação a essa tendência de emergência dos Estados semiperiféricos e até mesmo dos periféricos, há dois aspectos que a explicam: 1) a curta duração de patentes; e 2) a velocidade na disseminação da informação, típica da era do conhecimento. Esses aspectos fazem com que produtos, ora de ponta, rapidamente se tornem produtos periféricos, diminuindo a vantagem relativa entre centro e periferia. Essa tendência fica mais clara quando se analisa o caso da indústria têxtil britânica, cuja eficiência produtiva tardou décadas em ser igualada por outras empresas europeias. Nos dias atuais, diferentemente, nota-se que há uma redução exponencial no tempo necessário para surgirem novos competidores. Como exemplo, cita-se o caso do iPhone, no qual foram necessários poucos anos para que outras empresas pudessem reproduzir *smartphones* e modelos similares ao redor do mundo.

Quanto ao Brasil, percebe-se que o mesmo integra o grupo de países semiperiféricos. Conforme descrita anteriormente, a tendência atual aponta para uma redução da distância entre centro e periferia, fato que possibilita ao Brasil alcançar um patamar que lhe dê condições de se converter num Estado central. No entanto, para alcançar esse patamar, especial atenção deve ser dada para a pesquisa, desenvolvimento e inovação, com foco voltado para a ampliação do portfólio de produtos de ponta na pauta de exportações. Uma vez alcançada essa medida, o Brasil atingirá cada vez maiores superávits em sua balança comercial, permitindo vigorosa acumulação de capital, fato crucial para alcançar condição de hegemonia.

3.2 Acesso e controle sobre os recursos essenciais

Durante a maior parte do período da economia-mundo, observa-se a subordinação de algumas regiões em relação a outras, num processo conhecido como colonização. À exceção dos Estados Unidos, todas as hegemonias da economia-mundo possuíam colônias, característica que lhes garantiu o livre acesso aos recursos essenciais.

Na primeira metade da economia-mundo, os principais recursos buscados e explorados eram os metais preciosos, devido a sua capacidade inata de gerar acúmulo de capital e aumentar o poder econômico das hegemonias. Posteriormente, o foco passou a ser o acesso à matéria-prima para a produção industrial. Com a

descolonização da África e da Ásia, na segunda metade do século passado, esse mecanismo de acumulação direta deixou de existir na economia-mundo. Hoje em dia, todos esses recursos estão alocados em Estados autônomos e independentes. Em teoria, o livre acesso já não existe e a exploração dos recursos depende da adesão aos marcos regulatórios estabelecidos pelos Estados onde se encontram.

Assim, a segunda medida - o acesso e o controle de recursos essenciais - deixou de ser alcançável por qualquer Estado. Com isso, entende-se que as regiões e Estados onde abundam e coincidem tais recursos são as únicas com potencial de cumprir todas as cinco medidas. A figura 8 esclarece o que foi descrito.

Figura 8 - Áreas Pivô de Hegemonia



Fonte: AUTORES, 2019.

De acordo com a figura anterior, o Brasil é uma das quatro áreas pivô existentes no planeta. Com desafios de toda ordem, o Estado brasileiro ainda carece de plena regulação e controle na exploração de alguns recursos minerais, fato que precisa ser superado no escopo de sua grande estratégia, a fim de consolidar o pleno atendimento dessa medida.

Por outro lado, observa-se que a figura 8 aponta uma questão relevante, qual seja: os Estados ou regiões que estejam localizados fora das áreas pivô só alcançarão a condição hegemônica se lograrem associar-se a outros Estados ou regiões que complementem suas carências em recursos essenciais. O exemplo mais claro é o caso da China, que mesmo obtendo um crescimento econômico robusto nos últimos anos², possui grande dependência externa de recursos essenciais. Prova disso é

2 De acordo com a Organização Mundial do Comércio (OMC), a China movimentou um total de US\$ 2,263 bilhões em exportações e US\$ 2,410 bilhões em importações em 2017, sendo responsável por cerca de 13 % do comércio mundial no mesmo ano, números que a credenciaram na 1ª posição do comércio mundial, posto que se mantém nos dias atuais (WORLD TRADE ORGANIZATION (WTO), 2018).

sua necessidade de importação de matéria-prima, com destaque para o petróleo e, inclusive, sua recente prática de adquirir terras agricultáveis no exterior. Assim, é improvável que a China venha a se tornar a única superpotência global hegemônica unipolar. Tal fato poderá ser alcançado somente se os chineses conseguirem manter as atuais parcerias que garantem o acesso aos recursos essenciais.

Pelo que foi descrito, nota-se que é improvável que somente um único Estado seja hegemônico no futuro. Um dos cenários possíveis é que as três áreas pivô, localizadas em regiões e Estados periféricos ou semiperiféricos, convertam-se em Estados centrais e ocupem, junto com os norte-americanos, o posto de potências hegemônicas regionais. Como o Brasil ocupa uma área pivô hegemônica, caberá aos brasileiros exercerem o papel de potência regional no subcontinente sul-americano.

3.3 Estabelecimento de vigoroso comércio exterior

Essa medida está intimamente ligada às duas primeiras, pois é o que torna possível converter a exploração e a produção em divisas. O processo de globalização nos últimos vinte e cinco anos, aliado ao neoliberalismo econômico, levaram a uma abertura dos mercados jamais vista anteriormente. Essa abertura tende a criar uma rede de fluxos financeiros, comerciais e de serviços, em que compartilhar interesses é a máxima dos acordos interestatais, quase sempre assinados sob o olhar de grandes empresas.

Um bom exemplo das mudanças nesse período é o avanço da China, que até os anos 1970 era um Estado comunista fechado. Com a abertura comercial que empreendeu, gerou acúmulo de capital que, hoje em dia, permite manter cerca de 40% de seus investimentos fora da Ásia.

Em relação ao Brasil, sua integração às redes globais de comércio foi bastante tímida³ nas últimas décadas. Reverter esse quadro é fundamental para possibilitar que seus recursos e sua produção se convertam em riqueza e alcem o país à condição hegemônica regional.

3.4 Poder Militar

Historicamente, o poder militar sempre desempenhou papel importante nessa relação, especialmente o poder naval, que protegeu as medidas anteriores: produção, comércio e exploração de recursos e acesso a eles.

Na atualidade, o que se percebe é que a manutenção dos fluxos comerciais e a segurança de áreas ricas em recursos exigem cada vez maior cooperação interestatal. As ameaças que desestabilizam o sistema e afetam os interesses dos

3 De acordo com a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Brasil movimentou um total de U\$ 218 bilhões em exportações e US\$ 157 bilhões em importações em 2017, números que deixaram o Brasil na 26ª posição em volume de exportações e na 29ª posição em volume de importações no mesmo ano (WORLD TRADE ORGANIZATION (WTO), 2018).

Estados, como o terrorismo ou o crime organizado, precisam ser enfrentadas de forma combinada entre os países.

Como reflexo, observa-se uma tendência no aumento de acordos de cooperação interestatal na área jurídica e militar. Nota-se que, nos dias atuais, há um aumento do intercâmbio entre as Forças Armadas em três eixos: 1) troca de conhecimento; 2) aperfeiçoamento doutrinário; e 3) operações combinadas. Entende-se que essa tendência favorece a formação de coalizões e conselhos de defesa regionais.

Em relação ao Brasil, a consolidação de um organismo de segurança regional na América do Sul é crucial para assegurar o ambiente de estabilidade e paz necessários ao pleno desenvolvimento de seu potencial como área polo de hegemonia. Ademais, é importante que seu orçamento militar, por volta de 1,4% de seu Produto Interno Bruto (PIB), seja compatível com o percentual investido pelas outras potências regionais, a fim de permitir a necessária dissuasão, vital para a manutenção do equilíbrio no sistema-mundo.

3.5 Cultura

Conforme visto anteriormente, a exportação de cultura, crenças e valores deve ser encarada como uma medida essencial da afirmação nacional, devido à característica intrínseca de potencializar os atores mais bem-sucedidos no sistema, em virtude da tendência natural de imitação por parte dos demais. Essa tendência à imitação, normalmente, leva a uma expansão da cultura dos Estados hegemônicos ao redor do mundo. Um exemplo disso é a Revolução Meiji no Japão, que incorporou muitos valores originários da Grã-Bretanha, então potência hegemônica da ocasião. Essa tendência à imitação ainda se observa na atualidade, sob a hegemonia americana, o que lhe traz grande vantagem, como ressalta Nye:

[...] a cultura americana é muito mais empreendedora, neuronal e descentralizada do que a da Grã-Bretanha [...] a China pode recorrer a um talento em um grupo de 1,3 bilhões de pessoas, enquanto os Estados Unidos não somente podem recorrer a um grupo de 7 bilhões de pessoas, mas também pode recombina-los em uma cultura diversificada que aumenta a criatividade de uma forma que a nação Han étnica nacionalista não pode. (NYE, 2012, p. 217).

A cultura americana, fortemente calcada na liberdade econômica e na livre iniciativa de seus cidadãos, é propícia à geração de um ambiente de constante inovação e ampla difusão do conhecimento, impulsionando um virtuoso ciclo de desenvolvimento. Como ela é um modelo a ser imitado por outros países, acaba

contribuindo para a profusão desse ambiente no sistema-mundo, favorecendo sua estabilidade, avanço e integração de Estados periféricos.

Quanto ao Brasil, o fato de integrar a área polo de hegemonia sul-americana facilita a adoção dessa medida. A identidade cultural latina; o compartilhamento dos valores judaico-cristãos; a consolidação dos valores democráticos e a predominância de apenas dois idiomas (espanhol e português) fazem da América do Sul um bloco coeso, favorável à adoção de um modelo de desenvolvimento liderado pelo Brasil. Entretanto, para que o Brasil logre êxito na geração desse amálgama cultural sul-americano, é crucial o desenvolvimento do espírito de liberdade e iniciativa, elementos-chave do sucesso norte-americano. Para isso, é prioritário semear esses valores em nosso sistema educacional.

4 UMA GRANDE ESTRATÉGIA NACIONAL

O método de análise geopolítica global e atemporal aplicado anteriormente possibilitou verificar a inserção do Brasil no mundo e prospectar suas possibilidades e limitações. No entanto, antes de se formular uma Grande Estratégia para o Brasil, torna-se necessário compreender o que ela vem a ser. É com base nessa proposta que foi estruturada a subseção seguinte.

4.1 A evolução do pensamento estratégico

O termo estratégia encontra-se amplamente difundido na atualidade. Diuturnamente, a palavra estratégia tem sido empregada no meio empresarial, esportivo, político-partidário e outros tantos. Esse uso indiscriminado do termo tornou difuso seu real significado.

É importante destacar que o pensamento estratégico nasceu no seio do pensamento militar, por conta da necessidade de compilar os ensinamentos extraídos do fenômeno da guerra. Wheeler aponta que no século V a.C., China e Grécia experimentaram grande instabilidade política em seus territórios, fato que contribuiu para a geração de conflitos e inúmeras guerras em seus domínios, os quais geraram reflexos na formação e na evolução das sociedades chinesa e grega da época. Um desses reflexos foi a intensa e proffua produção intelectual dessas sociedades acerca do fenômeno da guerra. Liderados por Sun Tzu e Tucídides, os chineses e os gregos produziram muitos manuscritos sobre o papel do Estado numa guerra. Não foi pelo acaso que a palavra estratégia teve sua origem na Grécia (WHEELER, 1981).

Saltando na linha do tempo, nota-se que a Europa dos últimos anos do século XVIII e do início do século XIX apresentou o mesmo cenário da Grécia e da China do século V a.C., fato que também levou a uma ampla produção intelectual sobre a guerra (WHEELER, 1981). Nesse período, as campanhas de Frederico – O

Grande – e Napoleão Bonaparte foram amplamente estudadas, com destaque para os postulados de Clausewitz e Jomini, cujas contribuições para a arte da guerra balizaram a evolução da estratégia moderna e ecoam no pensamento militar até os dias atuais.

A compreensão dos preceitos de estratégia, contidos na principal obra do general prussiano Carl Von Clausewitz - *Da Guerra*, reflete a sujeição da guerra à política, questão que é evidenciada em sua afirmação de que “a guerra é meramente a continuação da política por outros meios” (CLAUSEWITZ, 1983, p. 91). Do exposto, constata-se que os outros meios nada mais são do que os meios militares.

Clausewitz (1983) entende que o emprego de tais meios seria atribuição do comandante militar, que o faria com o único intuito de atingir o propósito político estabelecido. Assim, começou a se delinear a ideia de que a estratégia era o caminho a ser trilhado para atingir os fins estabelecidos pela política. Nesse sentido, Clausewitz entende que “tudo é muito simples na estratégia, mas isto não significa que tudo seja muito fácil. Tendo sido estabelecido, em função das condições políticas, o que se pretende que uma guerra obtenha e o que ela pode obter, é fácil traçar o rumo” (CLAUSEWITZ, 1983, p. 200).

Posteriormente, a partir da observação das guerras totais, travadas na primeira metade do século XX, o general francês André Beaufre trouxe importante evolução ao pensamento de Clausewitz. Em sua visão, a estratégia, para alcançar os objetivos políticos no enfrentamento de crises, deveria valer-se de outras ferramentas à disposição do Estado, que não somente o poder militar. Para Beaufre, seria necessária uma estratégia total, englobando não só o campo militar do poder nacional, mas também os campos econômico, político e diplomático.

Nesta apresentação da estratégia, eu escolhi de antemão me colocar do ponto de vista da estratégia total, que visa direcionar conflitos violentos ou insidiosos, conduzidos simultaneamente nos vários campos, político, econômico, diplomático e militar, apresentando, portanto, um caráter total. Com efeito, a estratégia geralmente resulta ininteligível quando limitada ao âmbito militar, já que são muitos os fatores decisivos que escapam a esse âmbito. (BEAUFRE, 1980, p. 189).

Essa concepção de Beaufre sofreu uma evolução ainda no século XX, com a contribuição de inúmeros tratadistas. Em meio ao embate bipolar da Guerra Fria, o norte-americano Collins revisitou o conceito de estratégia proposto por Beaufre e apontou que, para atingir os objetivos da Segurança Nacional, o Poder Nacional deveria ser aplicado sob quaisquer circunstâncias, independente se o Estado estivesse num período de paz ou se estivesse enfrentando uma guerra. Foi nesse contexto que surgiu o conceito de Grande Estratégia, que passou a ser pensada para

atender não somente a um objetivo político singular, estabelecido para um conflito específico, mas ao conjunto de interesses, objetivos, compromissos e políticas do Estado, sintetizados numa matriz estratégica (COLLINS, 1975).

4.2 Os interesses nacionais

Dentro do conjunto de interesses, objetivos, compromissos e políticas que deverão compor a Grande Estratégia do Estado, os interesses nacionais são os que detêm maior relevância, como atesta Collins no seguinte trecho.

[...] no mais alto nível, os interesses nacionais constituem as bases fundamentais para conformar uma adequada estratégia. Os interesses se definem em forma de abstrações muito genéricas, que refletem os desejos e as necessidades de cada Estado [...] Quase todos os interesses, por exemplo, fazem referência, em menor ou maior grau, à segurança nacional. (COLLINS, 1975, p. 25).

Convém ressaltar ainda que entre os interesses ligados à Segurança Nacional, existe um que é vital, qual seja: a própria sobrevivência do Estado, com um grau aceitável de independência, integridade territorial, estilos tradicionais de vida, instituições fundamentais, e que permita manter os valores nacionais e a honra intactos (COLLINS, 1975).

Nessa perspectiva, entende-se que o *core* de qualquer Grande Estratégia é a Segurança Nacional, com todos os pressupostos que dela originam. O segundo entendimento, derivado do primeiro, é de que a nomenclatura normalmente utilizada para se referir a uma Grande Estratégia, pela maioria dos países que a possuem, é Estratégia de Segurança Nacional, justamente pela prevalência desse interesse vital para a sobrevivência do Estado. Bem pontuado por Golbery do Couto e Silva, no Brasil, esses interesses encontram-se refletidos nos Objetivos Nacionais Permanentes (COUTO e SILVA, 1980).

Os Objetivos Nacionais Permanentes, assinalados por Golbery do Couto e Silva, constituem a síntese de criteriosa análise das aspirações e valores da nação brasileira ao longo de sua evolução histórica e foram relacionados nos primeiros documentos doutrinários da Escola Superior de Guerra (ESG). Recentemente, sofreram uma mudança de terminologia, sendo citados no atual Manual Básico da ESG como Objetivos Fundamentais:

Os Objetivos Fundamentais (OF), identificados mediante exame dos valores, aspirações e interesses nacionais, possuem ânimo de permanência, isto é, embora não sejam eternos, são assim considerados.

Objetivos Fundamentais (OF) - são Objetivos Nacionais (ON) que, voltados para o atingimento dos mais elevados interesses da Nação e preservação da sua identidade, subsistem por longo tempo.

São considerados OF: Democracia, Integração Nacional, Paz Social, Integridade do Patrimônio Nacional, Progresso e Soberania. (BRASIL, 2009, p. 8).

Isto posto, é fundamental que a redação da Grande Estratégia contemple obrigatoriamente os seis objetivos fundamentais descritos, pois, sem eles, a própria existência do Brasil como Estado-Nação ficaria comprometida e de nada valeria qualquer outra proposição.

4.3 Os objetivos nacionais

Segundo Collins (1975), os objetivos nacionais indicam o que um determinado país está tratando de alcançar, seja no curto, médio ou longo prazo. Em outras palavras, é possível inferir que tais objetivos conformam o papel que determinado Estado-Nacional deseja desempenhar no concerto das demais nações, sintetizando suas metas, fins e propósitos.

Diante do exposto, sugere-se que o objetivo político (OP) norteador da Grande Estratégia brasileira deve, portanto, ser aquilo que o país está tratando de alcançar. Na análise prospectiva realizada, concluiu-se que o Brasil, liderando o bloco sul-americano, pode aspirar a ser uma das potências centrais, em um cenário com ao menos outros três ou quatro polos hegemônicos. Assim, o objetivo político do Brasil poderia ser redigido da seguinte forma: Estabelecer-se como uma das potências globais, liderando o subcontinente sul-americano no papel hegemônico que lhe cabe em seu entorno regional (Pacífico e Atlântico Sul).

Para alcançar essa condição hegemônica, cada uma das cinco medidas deve ser encarada como um objetivo estratégico (OE), os quais devem ser perseguidos por meio de uma ampla abordagem. Para isso, o planejamento da Grande Estratégia deverá valer-se de todos os instrumentos do poder nacional e ser sincronizado ao longo do tempo, a fim de garantir os efeitos que levarão ao objetivo político estabelecido. O modelo do Manual Básico da ESG traz uma metodologia para a sincronização desses OE.

Com essa delimitação, fica claro que não cabe ao Brasil despender esforços e recursos em outras áreas que não o entorno assinalado no objetivo proposto. O foco deve ser a América do Sul. Contudo, isso não significa isolar-se ou centrar-se apenas na região, muito pelo contrário. Ficou constatado, por exemplo, que uma das cinco medidas que deve ser estabelecida para alcançar a condição hegemônica

é o incremento do comércio com outros Estados ao redor do mundo, condição fundamental para lograr o imprescindível acúmulo de capital.

4.4 As políticas

Collins (1975) entende que política pode ser definida como a postura que o Estado adota perante os demais, na busca por seus interesses e objetivos, definição essa que foi lançada no contexto da Guerra Fria.

Nos dias atuais, pode-se considerar esse conceito como sendo a linha mestra da Grande Estratégia em relação aos demais países, algo como uma Trajetória Conservada⁴, um vetor resultante do somatório das ações estratégicas que serão empreendidas. Em outras palavras, seria a resposta à pergunta acerca da postura a adotar para alcançar o objetivo político: mais assertiva? Mais cooperativa? Totalmente neutra? Qual delas melhor se adequa aos objetivos e interesses nacionais?

Procurando responder esses questionamentos, Collins (1975) faz menção às três grandes estratégias adotadas ao longo da história estadunidense, que as identificou como sendo:

1ª) A defesa do Hemisfério Ocidental (1783-1898): Política caracterizada por uma postura de evitar alianças comprometedoras. Tal postura teria possibilitado um isolamento político que, por sua vez, permitiu que o país se desenvolvesse rapidamente.

2ª) Intervencionismo *Ad-hoc* (1898-1948): Política caracterizada por uma postura de expansão territorial, tendo como um dos marcos a Guerra Hispano-americana, além de uma participação mais direta nos assuntos mundiais.

3ª) Contenção do avanço comunista (1948-...): Política caracterizada por uma postura de contenção do comunismo e orientada à busca de uma ordem mundial mais estável.

Para o Brasil, diante do OP que foi estabelecido, a política mais adequada seria adotar uma postura de cooperação sul-americana, reafirmando sua hegemonia regional. Guardando as devidas proporções, seria como emular a 1ª grande estratégia dos Estados Unidos. Algo como: “América do Sul para os sul-americanos”.

4.5 Os compromissos

Os compromissos são aquelas alianças assumidas com outros Estados, ou mesmo participações em organismos internacionais, em função de interesses,

4 Trajetória Conservada é a trajetória composta por combinações de ações estratégicas aprovadas nos Testes de Adequabilidade e Exequibilidade, após ter sido submetida ao Teste de Aceitabilidade (BRASIL, 2009).

objetivos e políticas comuns. Isso implica que o Brasil deveria direcionar seu esforço diplomático no incremento das relações e organismos sul-americanos, restringindo sua participação em foros e organizações de governança global ao estritamente necessário para garantir a liberdade e incremento de seus fluxos comerciais e financeiros ao redor do mundo, sempre visando a uma balança comercial favorável que possibilite atingir o máximo acúmulo de capital possível.

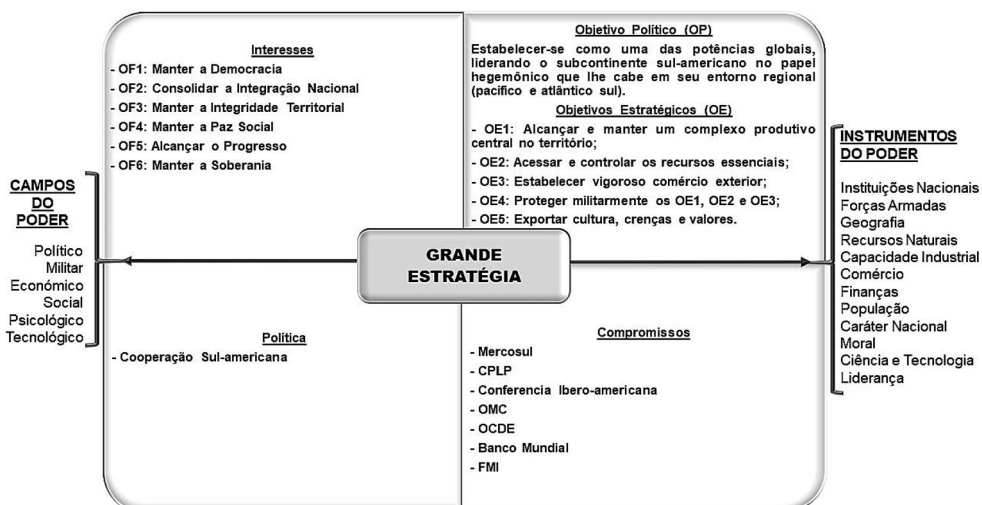
Nesse sentido, seria importante que os compromissos firmados com os países sul-americanos priorizassem o aperfeiçoamento dos acordos de livre comércio, como o Mercosul, pois isso permitiria aos demais vizinhos o fortalecimento de suas economias e, com ela, a geração de um ambiente de estabilidade e confiança mútua no subcontinente. Tal ambiente é fundamental para avançar em outras áreas temáticas, em particular a de segurança e defesa, com vistas a livrar a região de ameaças como o crime organizado internacional.

A atuação global, por sua vez, deveria restringir-se às organizações de cunho econômico, comercial e financeiro, como a Organização Mundial do Comércio (OMC), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) – a qual o Brasil aspira – o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Dos foros multilaterais, os que aparentam apresentar maiores vantagens ao Brasil são a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) e a Conferência Ibero-americana. Baseados na herança linguística e cultural recebida de Portugal e Espanha, esses foros podem desempenhar importante papel, não só em relação ao objetivo estratégico nº 5 – exportação de cultura, crenças e valores - como também de constituir-se em ponta de lança para abertura de mercados em todos os continentes, capacidade pouco explorada pela diplomacia brasileira e imprescindível para o objetivo estratégico nº 3 – estabelecer vigoroso comércio exterior.

Por fim, resta assinalar que outros foros e organizações multilaterais apenas desviam o Brasil de seu foco, fazendo com que despenda recursos e capital diplomático em questões e áreas que não trarão efeitos positivos para o logro de seu objetivo político. Da mesma forma, acredita-se que, de momento, seja dispensável seguir aspirando a um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). Em sentido metafórico, postular a tal posto, sem antes haver convertido a sua condição de área pivô em um polo hegemônico de fato, equivaleria a um operador do mercado financeiro comprar derivativos de ações, sem antes ter adquirido o correspondente lastro em ações ordinárias. Os riscos dos derivativos virarem pó e do assento resultar completamente inócuo aos interesses nacionais são igualmente enormes.

A exposição dos compromissos finaliza o esforço dessa pesquisa em propor uma Grande Estratégia para o Brasil. A figura 9 apresenta uma Matriz que busca sintetizá-la:

Figura 9 - Matriz da Grande Estratégia Nacional



Fonte: Elaboração própria, com base em COLLINS, 2019.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao retomar a reflexão que deu origem a este artigo, cabe fazê-la a partir de outra afirmação do General Villas Boas: “Somos um país que está à deriva, que não sabe o que pretende ser, o que quer ser e o que deve ser” (VILLAS BOAS, 2018). É preciso retomar o sentido de projeto de país, é preciso conhecer seu exato potencial e suas limitações, enfim, é preciso que toda a nação se esforce nessa tarefa hercúlea, honrando aqueles que nos legaram este país continental.

O presente artigo se propôs a prestar tal contribuição. Para isso, tratou de estudar a atual economia-mundo, com o objetivo de identificar aquelas variáveis que estiveram presentes nas hegemonias existentes ao longo da história. Foram identificadas cinco variáveis que, quando plenamente atingidas, alçavam tais Estados à condição hegemônica.

Compreender as possibilidades atuais de lograr o pleno atingimento de tais variáveis, por meio da implementação de medidas correspondentes, foi o passo seguinte para identificar quais Estados ou regiões poderiam fazê-lo, levando-nos a um cenário em que foram contempladas quatro áreas pivôs de hegemonia.

O fato do Brasil estar no centro de uma dessas áreas, que engloba toda a América do Sul, impõe-lhe enorme responsabilidade na busca de seus interesses e os de seus vizinhos sul-americanos. Para isso, o país deve centrar o foco no subcontinente e concentrar seus esforços no objetivo de convertê-lo em um dos blocos hegemônicos, evitando despender energias em temas alheios a seus reais interesses.

A consolidação da Grande Estratégia exige um planejamento abrangente, com o envolvimento de todos os campos do poder nacional e seus respectivos instrumentos de poder.

Desde já, conclui-se que só será possível concebê-la e empreendê-la numa estrutura supraministerial que seja capaz de acompanhar os indicadores que nos guiarão ao atingimento do objetivo proposto.

Por fim, a Grande Estratégia Nacional esboçada não pretende esgotar o assunto, mas tão somente servir de estímulo àqueles que queiram seguir contribuindo na árdua tarefa de colocar o Brasil no patamar que lhe é justo perante as demais nações do mundo.

REFERÊNCIAS

AGNEW, John A. *Geopolítica: una re-visión de la política mundial*. Madrid: Trama Editorial, 2005.

BEAUFRE, André. *Introducción a la estrategia*. Tradução do original para o espanhol por Carmen Martín y Luis García Arias. Madrid: Ediciones Ejército, 1980.

BRASIL. Ministério da Defesa. *Manual básico: método para o planejamento estratégico*. Rio de Janeiro: ESG, 2009. v.3.

CARNEIRO, Henrique. Guerra dos Trinta Anos. In: MAGNOLI, Demétrio (org.). *História das Guerras*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 163-187.

CLAUSEWITZ, Carl Von. *Da Guerra*. Tradução do original para o inglês por Michael Howard e Peter Paret. Tradução do inglês para o português por Luiz Carlos Nascimento e Silva do Valle. New York: Oxford University Press, 1983.

COLLINS, John M. *La gran estrategia: principios y prácticas*. Tradução do original para o espanhol por Coronel Jorge D. Martínez Quiroga. Buenos Aires: Círculo Militar, 1975.

CONNAISSANCE DES ENERGIES. *Réserves de pétrole dans le monde*. 2016. Disponível em: <https://www.connaissancedesenergies.org/fiche-pedagogique/reserves-de-petrole-dans-e-monde> Acesso em: 15 dez. 2018.

COUTO E SILVA, Golbery. *Planejamento estratégico*. Brasília: EdUnB, 1981.

GLEESON, Tom; WADA, Yoshihide; BIERKENS, Marc; VAN BEEK, Ludovicus Petrus Henricus. Water balance of global aquifers revealed by groundwater footprint. *Nature*, v. 488, p. 197-200, 2012.

GLOBAL Energy Statistical Yearbook 2019: crude oil production. [Grenoble]: ENERDATA, 2019. Disponível em: <https://yearbook.enerdata.net/crude-oil/world-production-statistics.html>. Acesso em: 3 maio 2019.

LAYNE, Christopher. The unipolar illusion revisited: the coming end of the United States unipolar momento. *International Security*, v. 31, n. 2, p. 7-41, 2006. Disponível em: http://solar.google.cl/scholar_url?url=https://www.mitpressjournals.org/doi/pdfplus/10.1162/isec.2006.31.2.7&hl=es&sa=X&scisig=AAGBfm3XxQmhUkk-8ETBTrNOYU5Y60KDBA&noss=1&oi=scholar. Acesso em: 15 dez. 2018.

LAYNE, Christopher. This time it's real: the end of unipolarity and the "Pax Americana". *International Studies Quarterly*, v. 56, n. 1, p. 203-213, 2012.

MAHAN, A. T. *The influence of sea power upon history: 1660-1783*. New York: Dover Publication Incorporation, 1987.

MODELSKI, George; THOMPSON, William R. *Seapower in global politics, 1494-1993*. Londres: Palgrave Macmillan, 1988.

NYE, J S. The twenty-firs century will not be a 'Post-American' World. *International Studies Quarterly*, v. 56, n. 1, p. 215-217, 2012.

RAMANKUTTY, Navin; EVAN, Amato T.; MONFREDA, Chad; FOLEY, Jonathan A. Farming the planet: 1. Geographic distribution of Global agriculturalallands in the year 2000. *Global Biogeochemical Cycles*, v.22, n.1, 2008. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1029/2007GB002952>. Acesso em: 4 maio 2019.

REKACEWICZ, Philippe. Disponibilit  en eau douce. *Le Monde diplomatique*, 2008. Disponível em: <https://www.monde-diplomatique.fr/cartes/disponibiliteeau>. Acesso em 12 dez. 2018.

VILLAS BOAS, Eduardo. *Dia do Soldado*: 25 de Agosto 2018. Disponível em: https://ww.w.eb.mil.br/web/noticias/alusivos-e-ordem-do-dia/-/asset_publisher/QKzf8DsobUm1/content/dia-do-soldado-25-de-agos-1 . Acesso em: 15 out. 2018.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Capitalismo histórico y movimientos antisist micos: un análisis de sistemas-mundo*. Madrid: Akal, 2004.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Análisis de sistemas-mundo: una introducción*. Traducción de Carlos Daniel Schroeder. México: Siglo XXI, 2005.

WHEELER EVERETT, L. The origins of military theory in ancient Greece and China. In: *International Commission of Military History*, Bucarest, Acta 5, p. 74-79, 1981.

WORLD TRADE ORGANIZATION. *World Trade Statistical Review*: 2018. Disponível em: https://www.wto.org/english/res_e/statis_e/wts2018_e/wts18_toc_e.htm
Acesso em: 12 dez. 2018.

Recebido em: 27 mar. 2019.

Aceito em: 11 jul. 2019.